

TEMOS DE BUSCAR
CORAJOSAMENTE
NOVAS FORMAS DE
CONVERSA

ENTREVISTA AO CARDEAL
JOSÉ TOLENTINO DE
MENDONÇA

Francisco Martins SJ

PONTIFÍCIO INSTITUTO BÍBLICO

Francisco Martins SJ (FM): O cargo de Prefeito do Dicastério para a Cultura e a Educação, o que significa? Para quem esteja menos familiarizado com a linguagem vaticana, Prefeito equivale a Ministro no governo do nosso país e Dicastério a Ministério. O que implica exatamente esta função?

José Tolentino de Mendonça (JTM): O âmbito da ação deste dicastério vem descrito pela Constituição Apostólica *Praedicate Evangelium*. Devo dizer que me agrada muito o imperativo que o Papa Francisco foi buscar às palavras de Jesus no final do Evangelho de Marcos para dar o nome a este texto que deve estruturar e inspirar a atividade da cúria romana: «Ide por todo o mundo, pregai o evangelho (*praedicate evangelium*) a toda criatura» (Mc 16, 15). De facto, há três aspectos no mandato de Jesus que se tornam como que pontos axiais na tarefa que nos está confiada: o dinamismo missionário de um serviço que sendo, antes de tudo, de apoio à missão de Pedro é chamado a estender-se a todos os continentes, desde os mais próximos aos mais distantes, servindo as Igrejas locais; a centralidade clara no anúncio do Evangelho, seja no campo cultural, seja no educativo; e o desejo de comunicar com toda a criatura. O Dicastério é composto de duas secções: a da Cultura, que promove as relações entre a Santa Sé e o mundo da cultura, favorecendo especialmente o diálogo como instrumento imprescindível ao serviço da busca sincera da verdade, do bem e da beleza. E a secção da Educação que acompanha de forma muito próxima o importantíssimo mundo educativo, fundamental para a missão da Igreja. Se pensarmos que a Igreja católica tem mais de duzentas mil escolas, mais de mil e quinhentas universidades e que todas juntas servem diariamente mais de setenta milhões de estudantes, temos a ideia da complexidade e da apaixonante beleza do desafio.

FM: Um pouco diferente da missão que lhe foi confiada antes como Arquivista e Bibliotecário da Santa Igreja Romana...

JTM: Certamente a fisionomia da missão é diferente, mas é sempre sentir-se curador de um imenso tesouro de humanidade. Sentia isso quando devia conservar e tornar acessível o colossal património arquivístico e librário que a Santa Sé possui. E sinto-o agora que devo fazer pontes entre atores diversos, encorajar caminhos de identidade e visão, fomentar a circulação de valores partilhados, prosseguir a potência generativa do diálogo e da inclusão, acreditar no papel insubstituível da transmissão, mesmo numa época de acelerada mudança como a nossa. Como recordava S. John Henry Newman, a educação é uma das grandes e incessantes ocupações da sociedade humana, porque «uma geração forma outra; e cada geração atua sobre si mesma».

FM: Nota já alguma diferença significativa na compreensão dessa relevância da educação e da cultura entre o Papa Francisco e o Papa Leão XIV? No fundo, quais são as diferenças, se existem ou se já as nota, entre ser Prefeito de um Dicastério com Francisco e com Leão XIV?

JTM: Francisco e Leão XIV foram professores, acompanharam diretamente as instituições educativas como pastores, provêm de ordens religiosas (os jesuítas e os agostinhos) que têm na educação e no trabalho cultural um horizonte decisivo da própria missão. São dados importantes e que lhes dão uma familiaridade imediata com estes âmbitos. O Papa Francisco, por exemplo, dizia que educar é sempre um ato de esperança que deve envolver em harmonia três níveis do conhecimento humano: *cabeça, coração e mãos*, isto é, conhecimento racional, conhecimento emocional e afetivo e conhecimento performativo. O Papa Leão, partindo da visão agostiniana que tem tanto a dizer-nos sobre a experiência educativa, sublinha o cultivo de quatro pontos cardeais: *interioridade, unidade, amor e alegria*. Santo Agostinho dizia que «o verdadeiro mestre está dentro» e que o ensino não pode ser separado do amor. É importante afirmar isto num tempo que se deslumbra tanto com o tecnológico e onde se perde mais tempo a olhar os écrans do que a observar os rostos.

FM: De que falamos quando falamos de cultura?

JTM: É um termo amplíssimo. Cultura são as infinitas formas com que o humano se diz. É a trama fascinante e complexa com que o humano celebra a consciência de si; pela qual se interroga e procura, imagina o sentido e se abre à sua possibilidade; com a qual se reconhece não só como entidade individual, mas como visão coral, criação coletiva. Na definição que a *Gaudium et Spes* apresenta de cultura, afirma-se duas coisas muito certas, que me apraz recordar. A primeira é que a cultura é uma ferramenta para chegar a uma autêntica e plena realização do humano. Isto é, a cultura não é apenas um artefacto ou uma obra, mas uma mediação para uma experiência. Cultura não é só existir a "Paixão segundo São Mateus", de Bach. É isso, claro, mas é também haver quem a interprete. Quem se comova escutando-a. Não é só existir Fernando Pessoa. É haver também quem, usando o idioma daquela extraordinária solidão, ilumine hoje a sua. O segundo ponto é que a cultura torna mais humana a vida. Creio profundamente nesta função humanizadora que a cultura desempenha. Em termos absolutos, sei que é uma afirmação problemática. Lembro-me, por exemplo, de um ensaio de George Steiner em que este dizia que se a cultura humanizasse efetivamente, não se justificaria que quem construiu o inferno de Auschwitz fosse um melómano. Como se pode amar Mozart e programar a eliminação sistémica de milhões de seres humanos? São as

contradições que nos deixam arrepiados e sem palavras. Mas também se deve recordar outra verdade, porventura maior: é que muita da nossa empatia e compaixão pelas vítimas da história a apreendemos a partir da arte. Olhando a Pietà de Miguel Ângelo aprendemos a respeitar a dor de todas as mães, por exemplo. Nos fuzilamentos de Goya, compreendemos a dimensão devastadora das guerras. No grito de Munch, solidarizamos-nos com a humanidade ferida pelo turbilhão da angústia.

FM: Qual é o propósito e qual o alcance de encontros como o que aconteceu com humoristas, com o mundo do cinema, o jubileu dos artistas, a trienal de arte que irá ter lugar?

JTM: O filósofo Charles Taylor, que tem pensado de forma desafiadora o funcionamento da fé numa época secularizada como a nossa, tem uma expressão em que penso muito. Ele fala da importância das «políticas de reconhecimento», insistindo em que a identidade é também dialógica: a nossa identidade é moldada, pelo menos em parte, pelo reconhecimento ou pela ausência dele. O não-reconhecimento é altamente potenciador de distorção na visão que se faz da realidade, deforma o olhar social (seja o olhar das pessoas, seja o das instituições) e culturalmente, temos de afirmá-lo, semeia equívocos, mal-entendidos e sofrimentos. Nós não estamos no mundo sozinhos. Reconhecer não é só, ou não é prevalentemente, uma forma de cortesia. É uma necessidade humana vital. Estes encontros que os papas têm querido realizar com protagonistas dos diversos âmbitos artísticos significam antes de tudo isso: a compreensão de que não existimos isoladamente, que somos com os outros, que a expressão da estima recíproca oferece chances à paz, abre vias de criatividade para o reforço do bem comum. Uma das missões culturais da Igreja é reconhecer, intensificar mesmo as formas de reconhecimento, abrir portas de diálogo e de caminho. Isso que parece quase nada, no fundo, é tanto. Um ensinamento fundamental é o de Jesus. Ele não corrige os discípulos de Emaús, nem os reenvia a Jerusalém, não lhes dá sugestões diretivas. Aceita-os como são. Acompanha-os no caminho. Cultiva uma admirável passividade. Escuta as suas dores, anuncia-lhes humildemente a Palavra, aceita o convite que lhe fazem para permanecer, abre espaços. Reconhece sem apressar que eles o reconheçam. Só quando os discípulos ficam de novo sós se apercebem da qualidade da experiência que fizeram.

FM: Como colocar, hoje, as relações da Igreja com as expressões culturais contemporâneas? Que desafios identifica? Quais são os pontos de convergência, as tensões?

JTM: Relacionar-se com o próprio tempo não é tarefa simples, mas é um esforço necessário em que temos de insistir. Penso que seja uma

dificuldade culturalmente transversal: não sendo só uma dificuldade da Igreja, embora tenhamos de ter a humildade de reconhecer, é também da Igreja. Há aquela célebre expressão do Cardeal Martini que dizia que a Igreja permaneceu atrás 200 anos, mas que é preciso sacudir este atraso, por vezes demasiado cómodo, e recordar que a fé, que é o fundamento da Igreja, a encoraja a uma relação com o presente e a história. Certamente, se pensarmos no património que a Igreja conserva, a tentação é olhar de cima para baixo para o que agora se faz, se pensa ou se transmite. E fechar-se no passado como se este pudesse ser uma fórmula. Porém, a redução da cultura a uma fórmula é uma inevitável desvitalização. O passado parece uma época de ouro, com arquétipos de perfeição, enquanto o presente parece inacabado, disperso por linguagens e suportes demasiado efémeros. Talvez nos falte mais escuta, maior abertura aos novos códigos culturais onde a experiência cristã é chamada a traduzir-se. É interessante que, desde o Papa Paulo VI até ao Papa Leão XIV, todos os pontífices sublinharam a necessidade de relançar e reforçar a amizade com os criadores contemporâneos. Por exemplo, no recente encontro com os representantes do mundo do cinema, o Papa Leão recordava que «estruturas culturais como cinemas e teatros representam o coração pulsante dos nossos territórios, pois contribuem para a sua humanização». E mais: «se uma cidade está viva, é também graças aos seus espaços culturais: devemos habitá-los, construir relações, dia após dia», pois esses espaços são «peregrinos da imaginação, buscadores de sentido, narradores de esperança, mensageiros de humanidade». E que propõe o Santo Padre? Citando a mensagem aos artistas no final do Concílio Vaticano II, ele diz: «desejo renovar essa amizade». Amizade é um termo interessante, porque não é da ordem da fusão, da repetição ou do domínio, mas do encontro salutar na diferença, da reciprocidade que é diálogo, o tecido sempre novo de uma confiança.

FM: Se pensarmos nos grandes debates culturais atuais, por exemplo, na questão da IA, o que deve ou pode dar a Igreja?

JTM: A transmissão do conhecimento sempre dependeu da tecnologia. De facto, poderíamos dizer que sem tecnologia, a escrita não seria possível, nem a transferência eficaz do conhecimento. No caso da IA, porém, estamos a assistir a um salto qualitativo que torna a tecnologia muito mais influente. A IA permite um acesso muito mais rápido e democrático, mas, por outro lado, tende a padronizá-lo e a uniformizá-lo. Pela primeira vez em muitos séculos, os métodos educativos terão de lidar com uma ferramenta que alterará substancialmente a pedagogia. Permitam-me dar um exemplo: na Califórnia, foram inauguradas escolas primárias substituindo os professores por tablets inteligentes. Cada aluno recebe um equipamento com um algoritmo especial e utiliza-o

para aprender o alfabeto e a aritmética de forma lúdica. A IA personaliza a aprendizagem de acordo com as capacidades e limitações do aluno, em tempo real. Assim, se o sistema perceber que a criança está com dificuldade na matemática, ou se não consegue conjugar verbos no futuro, a IA foca-se nesses exercícios. Do ponto de vista da aprendizagem, segundo os implementadores desta tecnologia, os resultados são bons: a criança mantém-se concentrada e progride mais rapidamente. Contudo, ninguém sabe qual será o efeito da aprendizagem de conceitos e competências sem a intermediação humana — ou seja, sem um professor e sem outros alunos a aprenderem juntos. Representa certamente um empobrecimento. A Igreja tem apelado insistentemente à responsabilidade humana face ao fenómeno da Inteligência Artificial e às incidências que esta pode gerar na conceção antropológica. Recordo a frase final de um filme de Jonathan Mostow, *The World of Replicants*, de 2009: num mundo futuro, em que todos são substituídos por robôs, o protagonista consegue apagar o computador para que o ser humano torne a ser protagonista da própria história. Então, o apresentador do noticiário conclui com esta frase: «Teremos que viver na primeira pessoa». É importante conseguir uma harmonia entre tecnologia e humanismo. Devemos convergir para obter um uso ético dos algoritmos. Os valores terão de guiar os caminhos das novas tecnologias (abrindo-se assim a uma “algorética”). A automação não tem de correr necessariamente o risco de se tornar sinónimo de substituição, mas de complementaridade. Quando se pensa o algoritmo como substituição, este pode, sim, ameaçar o primado da consciência espiritual do ser humano e da sua própria personalidade. Mas tal não é uma fatalidade e temos de aproveitar os aspetos positivos, que são tantos.

FM: Gostaria que comentasse a expressão “evangelizar a cultura”: o que significa e o que não significa?

JTM: O apóstolo Paulo é um mestre neste campo. Não por acaso, a discussão sobre os modelos culturais já nos aparece representada nos Atos dos Apóstolos. De facto, a comunidade cristã das origens transmitiu-nos a memória (e também a conflitualidade e a tensão) de dois grandes modelos culturais: o de Jerusalém e o de Atenas. Enquanto Jerusalém é descrita com o paradigma da cidadela unitária, do ponto de vista religioso e cultural, um corpo antropológicamente homogéneo e coeso, rodeado por um filtro étnico de proteção, em Atenas, ao contrário, persiste um modelo poliédrico, o de uma realidade que acolhe e dialoga com componentes heterogéneos e se realiza a partir da abertura a diferentes visões, trajetórias e discursos. Quando o apóstolo Paulo ali desembarcou, Atenas era um centro cultural e religioso de primeira grandeza. Mas o facto religioso estava, como sabemos, disperso numa

multiplicidade de crenças e práticas, em relação às quais a primeira reação do monoteísmo de Paulo seria, presumivelmente, estabelecer um distanciamento crítico (veja-se Atos 17, 16). Paulo, por tradição, cultura e convicção, estava naturalmente mais próximo do modelo de Jerusalém do que do de Atenas. No entanto, diversamente do que se poderia prever, a sua diferenciação em relação à realidade que Atenas representa não constitui um obstáculo, antes reforça nele a urgência do diálogo e do encontro. E podemos dizer que a modalidade da estratégia relacional implementada por Paulo torna-se inspiradora. Paulo não permanece fechado na sinagoga e não reduz a tarefa da evangelização ao encontro com as pessoas piedosas (isto é, já tocadas ou convencidas). Paulo alarga a geografia do diálogo, fazendo do cristianismo um tema de discussão no espaço público. Para obter isso, ele esforça-se para criar uma pregação que seja mais transversal e adequada a um público culturalmente diversificado. Não argumenta apenas com categorias teológicas, mas cita os poetas gregos, certamente familiares aos seus auditores. Com Paulo, o cristianismo adquire, assim, a amplitude e o universalismo que o próprio Jesus nos deixa como mandato: «Ide e fazei discípulos de todas as nações — sublinhe-se este “de todas as nações” —, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo» (Mt 28,19-20). Paulo entende que o futuro do cristianismo também está na capacidade e na energia que ele tiver para traduzir culturalmente a mensagem de Jesus, apresentando-se disponível para conversar com todos. Em Atenas, por exemplo, empenhou-se em dialogar pacatamente com os profissionais das perguntas (os filósofos estoicos e epicuristas), com expoentes do mundo que representava a pluralidade da democracia e a força dos argumentos e da troca de ideias.

Para apresentar a novidade da mensagem cristã, Paulo recorre, assim, com desenvoltura, ao património da cultura grega. Porquê esta sua opção de ampliar a esfera do discurso cristão para um campo extrateológico, isto é, passar do âmbito estritamente religioso àquele cultural? Não se trata certamente de uma deriva, mas antes de uma escolha consciente que podemos descrever da seguinte forma: o apóstolo recorre à literatura e à cultura pagãs para tornar credível o seu discurso religioso cristão, libertando-o do perigo da autorreferencialidade, e fortalecendo a sua credibilidade, a sua razoabilidade, através do encontro com outros saberes e outras visões, como aconteceu nos primeiros séculos do cristianismo com o encontro entre a fé e a filosofia. Paulo encontra na cultura um verdadeiro *locus* que concretiza o seu desejo de estabelecer um intenso diálogo missionário, descobrindo o potencial que o diálogo oferece à ação de Deus na história.

FM: O que lhe merece dizer sobre desencontros passados entre a Igreja e a sociedade? E sobre perspectivas futuras?

JTM: O mundo é uma rede de informações recíprocas. A velha física empirista que pretendia, sozinha, esclarecer a substância fundamental da matéria baseava-se, no fundo, numa conceção demasiado ingénua de matéria, sem ter em conta a riqueza desconcertante dos processos, das relações e das interações que nos impele a pensar o mundo de uma forma mais articulada. É verdade: sem uma chave dialógica não se entende nada fora nem dentro de nós. Se tomamos o ser humano, sem mais, ele aparece como uma coisa tão intrigante e longínqua como a lua. É quando colocamos o ser humano em relação que, de alguma maneira, ele se avizinha e revela a sua natureza. Isso vale para a relação fé e cultura.

Já não vivemos numa era de fé homogénea e inquestionável — se é que alguma vez ela pôde ser descrita assim — mas também já não estamos no tempo em que o ateísmo parecia reclamar uma espécie de superioridade cultural, como no período do iluminismo e na sua longa posteridade. Vivemos hoje na cultura uma oportunidade para a recomposição, possibilitando a emergência de novas formas e de novos modos de existência. Há, de facto, um mundo de relações a redescobrir e a inventar, mas é necessário construir um percurso de conversação e debate, porventura livre dos esquematismos, fantasmas e constrangimentos anteriores, ativando genuínas políticas de reconhecimento. Ora, isso passa por privilegiar o exercício dialógico, a troca narrativa, o encontro entre atores não necessariamente coincidentes, mas capazes de uma auscultação mútua. Não se avança historicamente nem se relançam alianças que sejam humanamente significativas sem a capacidade de reconhecer o outro, olhando a diversidade não como um obstáculo, mas como condição do diálogo que nos enriquece. Uma sinalização interessante das novas morfologias de diálogo entre a religião e o mundo moderno é aquela feita, por exemplo, por Marcel Gauchet. Ele ajuda a ver como as sociedades, à medida que se autonomizaram da órbita da religião, não deixaram de continuar marcadas por uma persistência do religioso, que emerge sempre de novo com outras tipologias. Permanece um substrato subjetivo inalienável do religioso, talvez já não unicamente numa forma tradicional reconhecida mas também como experiência pessoal. Não é tarefa pequena aquela que neste tempo a cultura exige de nós: a criatividade de forjar novas arquiteturas capazes de fazer tesouro daquilo que representa, na sua amplitude e diversidade, o inalienável património espiritual. Temos corajosamente de buscar novas formas de conversa.

FM: Para concluir, passados mais de cinco anos do discurso que fez no 10 de Junho de 2020, que sonhos tem para Portugal?

JTM: No fundo, persigo as palavras de Almada Negreiros: sonho com um país onde todos chegam a mestres. É esse o meu sonho.